



abralic

experiências literárias textualidades contemporâneas

O PAPEL DA MULHER E A CONSTRUÇÃO DO FEMININO EM GOETHE E F. VON SCHLEGEL

Juliana Couto (UzK, UERJ)

Resumo: A ideia de feminilidade se apresenta na superfície como algo dado, natural, mas ao buscar-se o cerne da questão, é possível perceber que trata-se de uma construção social, ostensivamente trabalhada e imposta à mulher burguesa desde a ascensão desta nova classe social – ocorrida na Europa no século XVIII.

O presente trabalho destina-se, por conseguinte, a analisar a problemática do papel da mulher e da construção do conceito de feminilidade na forma como esta comparece no discurso literário no século do surgimento da burguesia europeia calcando o embasamento teórico nos argumentos de Michelle Perrot (2007), Sandra Guardini Vasconcelos (2007), Michel Foucault (2015), Simone de Beauvoir (2016) e Mary Wollstonecraft (2016). Para a análise literária, obras de dois autores, de distintos estilos de época, foram selecionadas: o drama *Clavigo* de Goethe (fruto do *Sturm und Drang*) e o romance *Lucinde* de Friedrich von Schlegel (produto do Romantismo). O fato de as obras terem sido publicadas com um espaçamento de 55 anos – *Clavigo* veio a lume em 1744, enquanto *Lucinde* data de 1799 – não impede uma análise contrastiva no que se refere ao papel feminino em um século profundamente tumultuado e historicamente significativo.

Palavras-chave: Feminilidade. Clavigo. Lucinde.

A construção do conceito de feminilidade

O advento da ascensão burguesa na Alemanha do século XVIII provocou toda uma reestruturação social, já que uma nova classe passou a dominar os meios de produção e a ter acesso à alta cultura, antes restrita à aristocracia. Esta reconfiguração se estendeu, ao longo do século, ao âmbito literário, que se viu ante um novo público leitor e à abertura a novos temas, como o cotidiano burguês. Como boa parte deste novo público era formado por mulheres, temas voltados a elas, como matrimônio e incompatibilidade entre paixões e demandas do mundo, tornaram-se recorrentes. É justamente através da literatura – principalmente do romance – e de periódicos moralizantes que surgem escritos voltados a uma espécie de “domesticação feminina”, ou seja, à consolidação da ideia de

feminilidade, que de nenhum ângulo se configura como um aspecto natural, inerente à qualquer figura feminina.

A mulher burguesa que desejasse manter uma posição de “mulher virtuosa” deveria se ater a rígidas regras de comportamento após ser submetida desde a infância a uma educação que apenas visava a formação de esposas e mães perfeitas. Qualquer pretensão aventureira ou intelectual era não somente desencorajada como vigorosamente repelida por uma sociedade patriarcal, pois “uma mulher culta não é uma mulher” (PERROT, 2007, p. 93). De modo a manter o *status quo*, seria, portanto, necessário relegar às mulheres uma educação e um papel social inferiores aos masculinos. Observa-se, por conseguinte, que toda a reestruturação social provocada pela elevação da burguesia ocasionou pouca ou nenhuma alteração significativa no cotidiano feminino no que se refere à liberdade social e conjugal, conforme descreve Sandra Guardini Vasconcellos:

Embora a bipolaridade [entre o comportamento feminino e masculino] sempre houvesse existido, a burguesia de certa forma ampliava o controle social sobre as mulheres e universalizava, assim, esse padrão de conduta. Estas ideias, relativas sobretudo ao papel social da mulher e à instituição do casamento, foram disseminadas em diferentes tipos de publicações. [...] [Esses escritos] foram também responsáveis por disseminar um discurso de feminilidade e domesticidade especialmente dirigido a elas [...] [e] contribuíram ainda para forjar a nova imagem da mulher virtuosa, de cuja castidade dependia toda a sua vida e futuro (VASCONCELLOS, 2007, pp. 130-131).

A “mulher ideal” era, desse modo, vítima de uma série de privações e de minuciosas regras de comportamento que de forma alguma visavam o seu bem-estar, apenas almejavam a manutenção de sua subserviência ante aos seus pais e maridos. De modo a manter uma imagem impecável, aquelas que desejavam enquadrar-se nos rígidos padrões do período se encontravam à mercê da opinião alheia, capaz de elevar ou destruir reputações. É justamente sob esta perspectiva que reside o contraponto entre as protagonistas de Goethe e Schlegel: enquanto Marie esforça-se por manter uma conduta impecável, Lucinde opta por uma vida sem amarras e dita seus próprios padrões de comportamento.

Retomando o tópico da feminilidade como construção social, vale inferir a máxima de Simone de Beauvoir, fruto do século XX, mas em perfeita consonância com a visão de mundo patriarcal desde seus primórdios: “Não nascemos mulher. Tornamo-nos mulher” (BEAUVOIR, 2016, p.11). Dessa forma, o sexo não seria, então, um fator determinante no que se refere ao comportamento, mas sim, toda uma construção social

que dita os aspectos “tipicamente femininos” e “tipicamente masculinos”. A autora se utiliza ainda da oposição entre “macho e castrado” para simbolizar a distinção hierárquica estabelecida entre os sexos: o homem, ser perfeito, deveria ser superior à mulher, ser incompleto. É a partir desta lógica que o pensamento patriarcal encontra justificativas para a educação inferior e superficial oferecida às meninas e para a necessidade de publicações com o fim de “domesticá-las”.

É de vital importância destacar o fato de que o embrião da teoria desenvolvida por Beauvoir encontra-se justamente no século da ascensão burguesa, através da voz de Mary Wollstonecraft, uma das pioneiras na denúncia da artificialidade das amarras impostas às mulheres de seu tempo:

Fortaleça a mente feminina, expandindo-a, e haverá um fim à obediência cega; mas, como o poder busca a obediência cega, os tiranos e os homens sensuais estão certos quando se esforçam por conservar a mulher no escuro, pois os primeiros querem somente escravas, e os últimos, um brinquedo (WOLLSTONECRAFT, p. 45, 2016).

Seria, portanto, conveniente aos homens, em um regime patriarcal, a manutenção da subserviência feminina, – vedando ou restringindo seu acesso à educação – que nada possuía de natural. A partir daí advém a necessidade da criação de escritos que reforcem a crença na suposta fraqueza da mulher e contribuam para a manutenção de um estado de coisas cruel e desigual.

No que se refere ao período histórico analisado, vale salientar que, por conta do afastamento cronológico de 55 anos entre o drama de Goethe e o romance de Schlegel, as obras se encontram circunscritas a distintos momentos da expansão burguesa. Enquanto Goethe elabora sua peça em um momento de ascensão da burguesia, Schlegel produz sua criação em meio à consolidação da nova classe social. É importante destacar que minúcias não serão abordadas, pois o objetivo deste trabalho não é uma exploração exaustiva das questões concernentes ao período.

Marie, Lucinde e as representações do feminino

A trama da peça goethiana gira em torno do abandono de Marie por Clavigo, um protagonista volúvel e influenciável, que se vê em um dilema entre amor e ambição. Já o romance de Schlegel alude do início ao fim à liberdade em suas distintas formas. Alusão que se reflete no processo de composição da obra: o autor mescla distintos gêneros

textuais ao retratar o processo de amadurecimento de seus personagens, uma forte característica do Romantismo alemão.

Ao traçar um paralelo entre as duas protagonistas femininas, observa-se a fragilidade de Marie, em oposição à força de Lucinde: enquanto aquela sucumbe às amarras impostas às mulheres de seu tempo e ao seu amor desesperançado, esta escolhe a sua liberdade individual em detrimento de convenções falsas e superficiais. Na própria construção das personagens já transparece esta distinção: Marie é o retrato da vulnerabilidade e da fraqueza, exatamente como as mulheres de seu tempo eram “estimuladas” a se comportar; – vale acrescentar que esta fragilidade soa genuína, pois na época em questão era comum o recurso à encenação de uma indefensabilidade de modo a manter a reputação de “mulher virtuosa” (WOLLSTONECRAFT, 2016) – ao passo que Lucinde reconhece a artificialidade das convenções de seu tempo e não hesita em opor-se a estas regras em prol de sua felicidade e é exatamente neste ponto que reside sua força, incomum para grande parte das mulheres daquele período.

A grande oposição entre as personagens femininas reside no ideal de casamento: ao ver o sonho de um matrimônio feliz destruído pela ambição de Clavigo, – a moça é preterida por não ser a companheira ideal de um homem da corte espanhola – Marie passa por um considerável processo de enfraquecimento que resulta em sua morte; ao passo que Lucinde rejeita uma vida sob o jugo de uma instituição que apenas se apresenta como engrenagem mantenedora de um estado de coisas patriarcal e cruel. Por conseguinte, à medida que um enlace entre Marie e Clavigo é transposto ao plano metafísico, por conta da impossibilidade de conciliação entre paixões e demandas do mundo, – o protagonista goethiano também sucumbe ao deparar-se com o corpo sem vida de Marie – a união entre Julius e Lucinde se dá livre de crises de consciência, pois ambos rejeitam o ideal de casamento imposto pela sociedade e recorrem a uma vida simples, distante das convenções, a fim de praticar suas liberdades de modo natural, além de reconhecer a união entre amor espiritual e carnal.

Ainda no que concerne à problemática do casamento, é notável uma relação hierárquica no âmbito de um matrimônio tradicional como ratificação da pretensa superioridade masculina, pois esta instituição era fundamentada na anulação da mulher, o que já é visível na perda de seu nome e adoção do nome do marido (PERROT, 2007, p. 21). É necessário acrescentar, portanto, que esta era única forma de enlace conhecida pelos protagonistas goethianos e avidamente rejeitada pelos personagens de Schlegel, que optam por uma relação mais próxima de um vínculo pautado na equidade.

Vale mencionar ainda a questão da castidade: ao preferir um casamento tradicional, a liberdade de Julius e Lucinde se estende à esfera sexual. Em sua retirada rumo a uma vida mais simples e próxima da natureza, abre-se caminho a um comportamento mais próximo do natural, o que engloba o sexo – fator impensável fora do matrimônio para uma mulher como Marie. É importante ressaltar que a sexualidade se apresenta como uma característica inerente à condição humana, cujo controle também se configura como um modo de manter determinado estado de coisas, conforme destaca Foucault: “Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril” (FOUCAULT, 2015, p. 13). Portanto, a simples expressão da conduta sexual seria algo violador, “fora da lei”. Ao contrário do drama de Goethe, *Lucinde* é pleno de erotismo, tido justamente como um comportamento natural, humano. O romance de Schlegel é, desse modo, por mais esta razão, transgressor. Ainda de acordo com Foucault:

Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. Quem emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura. Daí essa solenidade com que se fala, hoje em dia, do sexo (Idem, p. 11).

Pode-se observar portanto, que a liberdade perseguida pelos protagonistas de Schlegel tem de passar pela transgressão para que possa ser concretizada em um período repressor. Se Clavigo e Marie sucumbem à repressão, Julius e Lucinde a rejeitam a fim de alcançar, ainda nesta vida, a plenitude.

Aniquilamento e libertação

Ao se submeter cegamente às convenções, o que provoca um encadeamento de eventos que culminam na morte de seu corpo fragilizado, Marie se apresenta como vítima da autorruína, isto é, o feminino na obra goethiana é aniquilado por conta da impossibilidade de concretização de suas ingênuas pretensões. Marie é a personificação da mulher virtuosa, mas, ao desiludir-se amorosamente, não vê mais espaço para si em um mundo pautado em uma vigorosa repressão ao feminino, o que fica claro na seguinte fala:

Ich bin ein närrisches, unglückliches Mädchen. Schmerz und Freude haben mit all ihrer Gewalt mein armes Leben untergraben. Ich sage dir, es ist nur halbe Freude, daß ich ihn wiederhabe. Ich werde das Glück

wenig genießen, das mich in seinen Armen erwartet; vielleicht gar nicht (GOETHE, 2005).¹

Por outro lado, ao rechaçar a artificialidade das convenções sociais, Lucinde lança-se em direção à completude, à liberdade. A protagonista de Schlegel dá as costas a um mundo criado em prol da manutenção de um estado de coisas desigual e superficial abraçando sua sexualidade e vivendo a partir das regras ditadas pelo seu próprio ser. Os protagonistas conversam abertamente acerca de seus desejos sexuais em um tom natural e livre, conforme no diálogo a seguir:

Julius: It's not simply a product of my imagination. My yearning for you is boundless and always unsatisfied.

[...]

Julius: I found holy peace only in that yearning, my love.

Lucinde: And I that holy yearning only in this lovely peace (SCHLEGEL, 1971, p. 127).²

É possível observar, desse modo, um triunfo da convenção no drama de Goethe, enquanto que no romance de Schlegel vence a liberdade individual. Em outras palavras: o natural é sufocado pelo artificial na obra goethiana, ao passo que o oposto ocorre na publicação de Schlegel.

Considerações finais

Após o conteúdo exposto, é possível constatar que o presente estudo tomou extremos como base. Enquanto Marie e Clavigo se apresentam como vítimas de um sistema repressor, Lucinde e Julius contornam as convenções em prol de uma vida plena. Embora o drama de Goethe esteja pautado na sujeição feminina, a obra é um importante retrato da época, que auxilia o leitor contemporâneo na compreensão dos primórdios da versão atual do patriarcado. O romance de Schlegel, por sua vez, alude à possibilidade de uma vida sem amarras e sem culpa.

¹ “Sou uma moça tola e infeliz. Dor e alegria minam minha pobre vida com toda a violência. Podes acreditar que tê-lo novamente não me proporcionou uma alegria completa. Pouco desfrutarei da felicidade que me aguarda em seus braços. Talvez eu jamais desfrute de felicidade alguma.” (tradução nossa)

² “Julius: Não é um simples produto da minha imaginação. Meu desejo ardente por ti é ilimitado e sempre insatisfeito.

[...]

Julius: Encontro uma paz sagrada neste desejo, meu amor.

Lucinde: E eu este desejo sagrado somente nesta amável paz.” (tradução nossa)

É válido salientar por fim que, embora a discussão foco deste trabalho tenha o século XVIII como panorama, este é um debate que está longe de se esgotar. Não é sem razão, portanto, que as indagações expressas por Mary Wollstonecraft naquele século tenham ecoado na escrita de Simone de Beauvoir dois séculos depois e ainda tenham espaço em pleno século XXI. O papel da mulher muito ainda tem a ser debatido e transformado para que o discurso de equidade iniciado no século XVIII possa finalmente se concretizar.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo 2 – A experiência vivida*. Trad. Sergio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GOETHE, Johann Wolfgang von. *Goethe Werke Band 4. Fünfzehnte Auflage*. München: Verlag C.H. Beck OHG, 2005.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SCHLEGEL, Friedrich. *Lucinde*. Trad. Peter Firchow. Minnesota: University of Minnesota, 1971. Disponível em http://www2.warwick.ac.uk/fac/arts/english/currentstudents/pg/masters/modules/panromanticisms/schlegel-lucinde_and_fragments.pdf, acesso em 12/03/2016.

VASCONCELLOS, Sandra Guardini. *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. (pp. 124-142) São Paulo: Aderaldo & Rothschild; FAPESP, 2007.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Trad. Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.